



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

61
p

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0299270-9

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
AGRAVADO : EMANUEL HENRIQUE DE ANDRADE BARBOSA
DEFENSOR PÚBLICO : NATÁLIA BORBA BRANDI
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. TOCilizumabe (ACTMERA). PORTADOR DE ARTRITE IDIOPÁTICA JUVENIL SISTÊMICA - REUMATÓIDE. CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. NÃO VIOLA PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. SÚMULA 18 TJPE. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO. UNANIMIDADE.

1. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

2. Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, não se pode admitir o descumprimento ilícito do repasse das verbas para a saúde como justificativa conveniente para o inadimplemento daquele dever Estatal.

3. O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia inscrito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

4. A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n).

5. De fato, o laudo médico (fl. 28) e demais documentos apresentados (fls. 21/33) constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais. O perigo da demora, por sua vez, mostra-se flagrante, no caso, uma vez que a não antecipação da tutela poderia tornar, no futuro, inócua qualquer prestação jurisdicional.

6. Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

públicas previamente estabelecidas - Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10.

7. A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial.

8. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0299270-9 em que figuram como agravante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravado EMANUEL HENRIQUE DE ANDRADE BARBOSA, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 20.08.2013


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

63
J

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0299270-9

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
AGRAVADO : EMANUEL HENRIQUE DE ANDRADE BARBOSA
DEFENSOR PÚBLICO : NATÁLIA BORBA BRANDI
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe, em que, com fundamento no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou-se provimento ao recurso, mantendo-se a decisão do primeiro grau, em razão de encontrar-se em consonância com a Jurisprudência dominante deste e. Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal (fls. 43/49).

A decisão interlocutória oriunda da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, inserta às fls. 37/37v dos autos da ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela, concedeu a medida antecipatória formulada na inicial no sentido de determinar que o Estado de Pernambuco forneça ao agravado, portador de ARTRITE IDIOPÁTICA JUVENIL SISTÊMICA - REUMATÓIDE, o medicamento TOCILIZUMABE (ACTEMERA) na dosagem de 80mg, 24 FA (frasco/ampola), com aplicação de 4 (quatro) FA a cada 2 (duas) semanas, vide fls. 28.

Em suas razões recursais (fls. 52/54), o recorrente limita-se, em síntese, a reiterar as razões aduzidas no agravo de instrumento, asseverando que, no caso em análise, existe política pública de saúde para o atendimento da patologia do agravado, não havendo que se falar em omissão estatal. Por conseguinte, a fixação da multa cominatória no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento é totalmente desproporcional à obrigação imposta.

Assim sendo, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

64
R

juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife,

20/08/13


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

65
J

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0299270-9

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ
AGRAVADO : EMANUEL HENRIQUE DE ANDRADE BARBOSA
DEFENSOR PÚBLICO : NATÁLIA BORBA BRANDI
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,
RELATOR:

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

No caso em espécie, cuido estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório da tutela de mérito, de sorte que, afigura-me escorreita a decisão, ora agravada. Explico.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fux, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, não se pode admitir o descumprimento ilícito do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

66
R

repassa as verbas para a saúde como justificativa conveniente para o inadimplemento daquele dever Estatal. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, v.g.:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adequa ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o precelto cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação equitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário Improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse mesmo sentido.

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, consequentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

Assim, o fornecimento gratuito de medicamentos pelo Estado é medida que se impõe, quando comprovada a necessidade da substância e a incapacidade econômica do paciente em adquiri-la. Afinal, trata-se de direito fundamental, constitucionalmente assegurado, conforme se verifica no seguinte aresto:

"O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isso por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional".¹

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, o agravado postula o fornecimento da substância "TOCILIZUMABE (ACTMERA)" para seu tratamento, segundo prescrição formulada por médico especialista.

De fato, o laudo médico (fl. 28) e demais documentos apresentados (fls. 21/33) constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais. O perigo da demora, por sua vez,

¹ STF. RE 607.381-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 31-5-2011, Primeira Turma, DJE de 17-6-2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

mostra-se flagrante, no caso, uma vez que a não antecipação da tutela poderia tornar, no futuro, inócua qualquer prestação jurisdicional.

Sendo assim, o não fornecimento do fármaco pleiteado no momento solicitado pelo agravado enfermo, comprova a necessidade da prestação jurisdicional, para garantir que o tratamento não seja interrompido, diante da carência da medicação nas farmácias do Estado.

Confira-se a respeito o aresto deste Tribunal de Justiça a seguir colacionado:

PROCESSO CIVIL E DIREITO CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (RITUXIMABE - MABTHERA (r)) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR POR SER O MEDICAMENTO CONTEMPLADO NA FARMÁCIA DE PERNAMBUCO. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE PROVA SOBRE A OFERTA REGULAR DO MEDICAMENTO AOS PACIENTES. MANUTENÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA. DEVER CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE. 181. Se o medicamento é ofertado pelo Estado de Pernambuco, não há que se falar em desrespeito aos parâmetros do STF sobre a necessidade de dar prioridade ao tratamento disponibilizado pelo SUS. 2. Uma coisa é o medicamento estar contemplado nas listas e programas de distribuição gratuita pelo Estado; e outra bem distinta é a existência de estoque e a real disponibilização do remédio para o paciente que procura a Farmácia de Pernambuco. 3. A saúde é um bem constitucional que não pode ficar à mercê do descaso do serviço público de saúde. 4. O Estado de Pernambuco não carrou aos autos nenhuma prova sobre a regularidade do fornecimento do medicamento pleiteado pela parte. Tratando-se de prova simples, poderia ter acostado uma declaração do órgão responsável que atestasse que o medicamento estava sendo disponibilizado normalmente no período pleiteado pela parte agravada. 5. A decisão interlocutória ora recorrida foi proferida de acordo com a melhor técnica, pois está embasada em prova inequívoca que demonstra a verossimilhança do direito da autora/gravada de receber o tratamento de saúde, através do fornecimento do medicamento prescrito pelo médico reumatologista que a acompanha no Hospital Getúlio Vargas. 6. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".7.Recurso de agravo conhecido e não provido. Unanimidade. (2621005 PE 0004447-66.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 20/03/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 59)

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.(RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)

Na verdade, há que se ponderar os bens jurídicos em conflito. O direito à vida é inato e o bem jurídico maior de todos, sem o qual sequer direito haveria de existir. O que quero dizer é que, no sopesamento entre o interesse público secundário (meramente patrimonial) do Estado e o bem da vida dos cidadãos, este, a toda evidência, deve prevalecer. Neste sentido, colha-se:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. (...). PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRIMAZIA SOBRE PRINCÍPIOS DE DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO. NOVEL ENTENDIMENTO DA E. PRIMEIRA TURMA.(...) (g.n)[5: STJ (REsp 836.913/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08.05.2007, DJ 31.05.2007 p. 371)]

Ademais, não merece prosperar a pretensão de redução/exclusão das astreintes fixadas para a hipótese de descumprimento da decisão recorrida.

O Código de Processo Civil, entre outras medidas coercitivas, atribui ao juiz a faculdade de impor *astreintes* em desfavor do devedor – ainda que se trate da fazenda pública –, objetivando inibir o descumprimento das obrigações de fazer ou não fazer ou de entregar coisa, que deverá incidir a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância.

No caso dos autos, a fixação de *astreintes* tem por escopo unicamente reprimir a resistência do Estado, em caso de eventual descumprimento da decisão hostilizada. A fixação da multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (dois mil reais) é razoável, porquanto o que está em debate é o direito à saúde do paciente que apresenta o quadro de ARTRITE IDIOPÁTICA JUVENIL SISTÊMICA – REUMATÓIDE.

A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. BRIGAÇÃO DE FAZER. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRAZO RAZOÁVEL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (AgRg no AREsp 61220/RS, Relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, DJe 04/12/2012) [Nesse mesmo sentido são Precedentes jurisprudenciais do STJ: Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 31.05.2004; AGRGRESP 440686/RS, Felix Fischer, DJ de 16.12.2002; AGRESP 554776/SP, Relator Ministro Paulo Medina, DJ de 06.10.2003; AgRgRESP 189.108/SP, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ 02.04.2001 e AgRgAg 334.301/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJ 05.02.2001.]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nessa contextura, percebe-se que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife

20/08/13

Jorge Américo Pereira de Lira

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator